

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2022

Autoria: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Iniciativa:

Ementa:

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Planejamento Familiar.

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: 03/03/2022 - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Destino: -

Último estado: 02/05/2022 - REQUERIMENTO APROVADO

TRAMITAÇÃO

02/05/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: REQUERIMENTO APROVADO

Ação: Na 14ª Reunião (Extraordinária), realizada nesta data, a Comissão aprova o requerimento.

28/04/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 14ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 02/05/2022.

07/03/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO

Ação: Em reunião realizada em 07/03/2022, a apreciação da matéria foi adiada.

04/03/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: INCLUÍDA NA PAUTA DA REUNIÃO

Ação: Matéria constante da Pauta da 5ª Reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, agendada para o dia 07/03/2022.

03/03/2022 CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado requerimento (Audiência Pública) na Comissão nesta data às 11:07.

Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 12, de 2022

TRAMITAÇÃO

DOCUMENTOS

REQ 12/2022 - CDH

Data: 03/03/2022

Autor: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)

Local: Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Descrição/Ementa: Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a instituição do Dia Nacional do Planejamento Familiar.
